

OS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DOCENTE COMO BALIZADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO NORTE BRASIL

Joelma Morbach

Universidade Federal do Pará-UFPA/Brasil

joelmam@ufpa.br

Márcio Lima do Nascimento

Universidade Federal do Pará-UFPA/Brasil

marcion@ufpa.br

RESUMO

O Ambiente amazônico em que a Universidade Federal do Pará se desenvolve adiciona dinâmicas e dificuldades que também condicionam sua atuação de modo importante. A baixa oferta de formação para uma enorme parcela de jovens nos obriga a manter o cuidado com políticas de expansão na tentativa de oportunizar a formação em nível superior, em especial nas licenciaturas, contribuindo para que cada vez mais o problema de termos docentes sem a formação adequada ministrando aulas no Ensino Básico, seja superado. Políticas públicas e/ou programas como o Plano Nacional de Formação Docente(PARFOR), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência(PIBID) e o Residência Pedagógica(RP), dentre outros, representam grande oportunidade de melhoria no ensino básico público nesta vasta Amazonia Paraense. Muito tem sido realizado, mas ainda há muito a fazer nesse processo de formação docente, especialmente no que tange a desalienação de docentes e gestores da Educação Básica e o estímulo a percepção do processo educacional como um todo, por parte destes atores/protagonistas. Nesse sentido, cada vez mais, sentimos a necessidade trabalhar com os nossos indicadores educacionais (tanto na educação básica quanto na superior) reconhecendo-os como balizadores de ações e iniciativas voltadas para a melhoria das políticas educacionais e da eficiência na execução destas. Neste texto trazemos uma análise do cenário atual e algumas amostras de como programas de formação continuada como PIBID, RP e especialmente o PARFOR tem impulsionado as instituições que trabalham com a formação de docentes nesta direção. Relatamos algumas iniciativas que representam para os professores e para os gestores de vários municípios da Amazonia a oportunidade de, com base no diagnóstico, poder pensar um

planejamento da educação do município e os Planos Municipais de Educação, com foco nos resultados que pretendem alcançar. São práticas de formação e do trabalho docente dando a devida contribuição e atenção aos dados educacionais com um olhar atento para esses indicadores uma vez que eles podem e devem balizar as ações estratégicas para o desenvolvimento da Educação Básica.

Palavras-chave: Universidade. Formação Docente. Gestão. Ensino. Aprendizagem. Indicadores. IDEB. PARFOR.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal define a competência da União, dos Estados e Municípios e estabelece a necessidade da organização de seus sistemas de ensino em regime de colaboração (Art. 211). A Constituição prevê ainda o sistema nacional de educação, a ser articulado por um plano decenal (Art. 214, alterado pela Emenda Constitucional 59/2009). O Plano Nacional de Educação (PNE) e, conseqüentemente, os planos estaduais, distrital, e municipais ultrapassam os planos plurianuais de governo. Exigem articulações institucionais e participação social para sua elaboração ou adequação, seu acompanhamento e avaliação.

Desse modo, a qualificação inicial e continuada de professores se caracteriza como uma ação conjunta, envolvendo os cursos de formação (inicial e continuada) e a Educação Básica. A UFPA acompanha essa política e participa ativamente das ações desenvolvidas pela DEB/CAPES que fomenta os principais programas de Formação de professores no Brasil. No PIBID/UFPA, desde 2009 já são mais de 80 docentes coordenadores de área da UFPA e 140 docentes supervisores da Educação Básica envolvidos nessa missão em atendimento a mais de 135 escolas, mais 1239 discentes bolsistas de ID e 75.957 alunos da escola básica. Na residência Pedagógica que é mais recente também já temos impactos significativos. Um destaque importante se deve a atuação da IES no PARFOR. O PARFOR da UFPA foi/é o maior do Brasil, as 421 turmas ofertadas tiveram em média, trinta e três professores alunos cada e atuando com cerca de seis turmas de licenciaturas por cada um dos 66 municípios que recebeu oferta. Neste trabalho, o PARFOR tem apontados novos caminhos aos docentes e gestores(as) municipais, no Norte do Brasil.

Compreendendo o Indicador de qualidade

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007, pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado para as três etapas de ensino: anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio. O objetivo é apresentar, a partir dos números e estudos, resultados sintéticos e facilmente assimiláveis que permitam traçar metas de qualidade educacional para os sistemas e para cada escola individualmente. Assim, a partir de uma avaliação externa e de dados do Censo Escolar, as escolas podem ter uma visão mais ampla sobre seu desempenho e seu fluxo, o que permite a elaboração de planos pedagógicos e de gestão mais fundamentados a fim de melhorar a sua performance.

Comparar quem e para que

Mais do que comparar instituições ou redes diferentes, o ideal é cada escola e rede olhar para o seu próprio Ideb e sua evolução ao longo de sua perspectiva histórica. Assim, vale mais a pena uma escola que tinha meta 4,5, cujo Ideb 2019 foi 5, entender os seus avanços e como ultrapassou a sua meta, do que olhar para uma outra instituição que tem 6 – cuja meta, por exemplo, podia ser 6,5, o que mostra que apesar de ter um número mais alto, ela não avançou tanto quanto esperado. **A meta do Brasil, de acordo com o que foi estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), é atingir 6 na escala do Ideb em 2021.** Como é uma média nacional, a ideia é que nesse período haja estados, municípios e escolas com resultados acima e abaixo de 6. Para que uma escola seja considerada de bom nível, ela deve obter uma nota igual ou maior do que 6. A partir disso, pode-se estabelecer metas do Ideb para cada escola, rede de ensino, município e estado, além de uma meta nacional.

Ensinando aos professores/gestores como ler os dados e utilizá-los para pensar intervenções nas escolas

A educação brasileira já de longa data enfrenta problemas multidimensionais de equidade, exigindo que os atores da educação, em especial os docentes e gestores, considerem os fatores como os aspectos socioeconômicos, geográficos e raciais. No que

diz respeito à geografia, por um lado, as matrículas na educação infantil nas regiões mais rurais do Norte apresentaram números muito abaixo da média nacional em 2018. O prolongado fechamento das escolas durante a COVID-19 provavelmente acentuou essas desigualdades. Cerca de 30% dos alunos menos favorecidos no Brasil, assim como aqueles em escolas rurais, relataram ter acesso a um computador em casa para os trabalhos escolares em 2018, contrapondo-se a quase 90% dos alunos favorecidos ou em escolas particulares. A situação enfrentada no Norte do Brasil, merece atenção especial. Pensando nesse grande desafio a UFPA tem direcionado ações no PIBID, RP e PARFOR, a seguir destacamos a atuação no Curso de Licenciatura em Matemática do PARFOR nos municípios da região do Xingu, na transamazônica.

Impactos da ação

A turma de prováveis concluintes do Curso de Licenciatura em Matemática do PARFOR, sediada no município de Anapú tem alunos/professores de vários outros municípios da região. E por isso, a formação destes impacta em um vasto território da transamazônica. Na etapa/julho agosto de 2022, uma linda ação de extensão desenvolvida interdisciplinarmente no âmbito das disciplinas Estatística e Informática no Ensino de Matemática levou a toda a comunidade os dados educacionais.

Para Fábio Brito, aluno da turma de Matemática e diretor de Ensino na Secretaria Municipal de Educação de Anapu, a ação foi transformadora para ele, como professor e como gestor. "A ação abriu um leque de visão para os acadêmicos, a importância de ir além da nossa situação no município de Anapu, ir além das informações que a gente tinha por intermédio da Secretaria Municipal de Educação. Motivou diretores, coordenadores e professores a alinhar peças para garantir uma mudança para o nosso IDEB em Anapu, fortalecer mais, enriquecer mais as nossas estratégias", detalha Fábio.

Juscelino, coordenador local do Parfor UFPA em Anapu, acredita que o trabalho pode ampliar o diálogo entre os alunos da turma, que são professores da rede básica, os diretores e os secretários de Educação. "O Parfor faz com que nossos professores possam ser qualificados e possam contribuir, cada vez mais, com a educação no município. É uma formação inicial que também se torna uma formação

continuada, porque faz com que nossos professores que já estão na rede possam ter, mais ainda, conhecimento para ajudar no desenvolvimento da educação básica no município", conclui.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007. Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 13 set. 2022.

[2] INEP. Nota técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Inep 2007b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

[3] OECD (2019[6]), PISA 2018 Results (Volume I): What Students Know and Can Do, PISA, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/5f07c754-en>; OECD (2020[7]), Education at a Glance 2020: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/69096873-en>.